

HABEAS CORPUS Nº 494.307 - SP (2019/0048317-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARIA CRISTINA HERRADOR RAITZ E OUTRO
ADVOGADOS : EDMÍLSON MARTINS DE OLIVEIRA - SP130403
MARIA CRISTINA H RAITZ CERVENCOVE - SP124671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GILBERTO DIAS FELIPPE (PRESO)

DECISÃO

O paciente alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* (Apelação n. 1501498-15.2017.8.26.0567).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime fechado, mais multa, pela prática do delito de tráfico de drogas. A denúncia narra a apreensão de **2,675 kg de maconha**.

Busca a defesa o reconhecimento da ilicitude das provas, por invasão de domicílio. Subsidiariamente, pugna para que seja reconhecida a incidência da minorante prevista na Lei de Drogas e pela imposição do regime menos gravoso.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que o Tribunal de origem afirmou que são lícitas as provas colhidas nos autos porque os policiais "foram recebidos pela moradora Elisangela Paes, que franqueou a entrada dos depoentes" (fl. 202).

Nesse cenário, a tese defensiva – de que foi ilegal o ingresso de policiais na residência do réu – **demanda o exame acurado dos autos, providência inadequada para este momento processual.**

Ademais, os demais fundamentos embasadores da pretensão liminar – incidência da minorante prevista no art. 33, §4º, da Lei de Drogas e fixação do regime diverso do fechado – confundem com o próprio mérito da impetração, razão pela qual devem ser analisados em momento oportuno.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Dispenso o pedido de informações. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público, para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

